

Marcada para os primeiros dias de Fevereiro

Jovens médicos decidem greve de 48 horas contra aplicação do estatuto do internato

Os médicos internos gerais da Região Sul decidiram convocar uma greve de 48 horas, no dia 3 de Fevereiro, para protestar contra o novo estatuto que o Ministério da Saúde lhes pretende impor. Exigem, também, a elaboração de um mapa de vagas de acesso às carreiras e manifestam-se contra a política do facto consumado. Entretanto, os estudantes de Medicina, que ontem mantiveram a paralisação em todas as faculdades do País, apoiam a nova greve.



Os médicos policlínicos do internato geral da Região Sul, reunidos ontem, consideraram que urge demonstrar firmeza face às decisões do ministro da Saúde, designadamente o decreto que altera as carreiras médicas

ESTAS REIVINDICAÇÕES, que movimentaram já cerca de quatro mil jovens médicos e alunos, somam-se a exigências de um estudo das necessidades do País em termos de saúde, «para que as decisões ministeriais não sejam puros actos de gestão economicista». O direito ao trabalho de todos os médicos, «porque o Estado tem obrigação de assegurar o pleno emprego para os jovens médicos», e, também, um protesto contra «prepotência» revelada pela ministra da Saúde, na sua recusa à negociação com os órgãos representativos dos médicos, foram ontem objecto de uma conferência de imprensa, no Hospital de Santa Maria, depois de uma reunião da Comissão Regional Sul de Internos Gerais.

Médicos de Lisboa, Coimbra e Porto consideraram, ainda, que a ministra desconhece a situação da prestação de cuidados de saúde e o funcionamento dos hospitais, demonstra desrespeito pelo trabalho dos médicos, ignora o que é a formação e diferenciação médica pós-graduada e insiste na criação do desemprego médico, «num flagrante desrespeito pelas necessidades das populações do campo».

Face às decisões, os jovens médicos propõem que «uma vez que é público que a ministra, à data do início das suas funções, não tinha conhecimen-

to dos problemas da saúde», conforme foi invocado para justificar o atraso na publicação da legislação referente ao internato geral, «seja suspenso o pagamento de vencimento a Leonor Bezeza, sendo-lhe atribuído um subsídio a fixar anualmente pelo primeiro-ministro e ministro da Finanças e que lhe sejam suspensas as regalias, nomeadamente os subsídios de alimentação, de Natal e de férias e da ADSE».

Entretanto, face à comunicação de Leonor Bezeza ao País, no dia 22, a Comissão Nacional de Candidatos ao Internato Geral enviou uma carta aberta à ministra da Saúde, esclarecendo que, «após a conclusão dos

seis anos do curso de Medicina, os médicos recém-licenciados são obrigados a iniciar a sua actividade profissional por um período de 21 meses — o internato geral — em que lhes é apenas permitido o exercício da medicina tutelada em hospitais do Estado».

A carta refere, ainda, que ao não considerar o internato geral como fase de exercício da profissão médica, feita sob orientação constante de médicos mais experientes, «não se dá o cunho formativo ao internato». E concluem os jovens médicos, na carta dirigida à ministra da Saúde, que, «quando diz que não trabalhamos precisamente para dar prioridade à nossa forma-

ção, pretende (Leonor Bezeza) mostrar-se, aos olhos da opinião pública preocupada com a nossa formação».

Os médicos referem, ainda, que Leonor Bezeza considera o internato geral uma fase de formação do médico e não o considera como exercício profissional.

Entretanto, o núcleo de saúde do PRD, de Coimbra, manifestou-se solidário com os jovens médicos. Em comunicado, os renovadores democráticos consideram que aqueles médicos têm direito a um salário justo, porque o «internato geral é um trabalho médico efectivo». Por conseguinte «torna-se inaceitável que o Governo cometa a injustiça de substituir um ordenado justo por uma remuneração simbólica».

Por outro lado, a adesão à greve de 24 horas dos estudantes de Medicina de Lisboa foi ontem de cem por cento.

Paralelamente, os estudantes montaram bancas de medição de tensão arterial, em locais de grande movimento das cidades de Lisboa, Porto e Coimbra, a fim de demonstrar que os médicos querem trabalhar e prestar serviços ao público.

Também a UGT dá o seu «total apoio à luta dos médicos», pois «é desejo dos portugueses um sistema nacional de saúde que garanta a todos o acesso aos cuidados básicos e aos tratamentos médicos necessários em caso de doença».

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Amplifios - Estudantes